

Curso/Disciplina: Direito Constitucional Objetivo

Aula: Nacionalidade - 02

Professor(a): Luis Alberto

Monitor(a): Sarah Padilha Gonçalves

Aula nº. 02

1. BRASILEIROS NATOS

Nosso texto constitucional prevê (no art. 12, I, CF/88) exaustiva e taxativamente (numerus clausus), as hipóteses de aquisição da nacionalidade originária.

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

1.1. Critério *jus soli*

Trata-se da primeira hipótese de nacionalidade originária, tratando-se da **REGRA GERAL**. Está prevista no Art. 12, inciso I, alínea 'a' da CF :

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

Segundo esta, **será considerado brasileiro nato o indivíduo nascido em território nacional**, independentemente da nacionalidade de seus ascendentes.

A efetivação do critério territorial, como bem, observa Nathalia Masson, não **exige a presença de nenhum outro requisito**, sendo **suficiente o nascimento nos limites geográficos do Estado** para que o indivíduo seja **considerado nacional**. Não importa, inclusive, se os pais são brasileiros, estrangeiros ou apátridas: nascido em nossas extensões terrestres, fluviais, marítimas ou aéreas, o indivíduo será considerado brasileiro nato.

Obs.:

TERRITORIO NACIONAL são as terras delineadas pelos limites geográficos do país, englobando rios, baías, golfos, ilhas, bem como o espaço aéreo e o mar territorial.

Por *extensão ficcional* reconhece-se também como parte do território nacional os ¹navios e as aeronaves públicos (ou requisitados) brasileiros, onde quer que se encontrem, assim como os ²navios privados brasileiros em alto mar, as ³aeronaves privadas brasileiras em voo sobre o alto mar e as ⁴embarcações privadas estrangeiras em mar {ou espaço aéreo) brasileiro.

Atenção!

Há **uma exceção à regra do *jus soli***: **não será contemplado com a nacionalidade originária** aquele que, muito embora tenha nascido em nosso território, é ¹filho de (ambos) pais estrangeiros e ²qualquer deles (ou, evidentemente, ambos) estava a serviço do país de origem.

Ex.: **Diplomata alemão** vier a residir no Brasil acompanhado de sua esposa (também alemã), com a finalidade de prestar serviços ao seu país de origem, e aqui o casal tiver um bebê, **este não será brasileiro nato**.

E se um dos pais está a serviço e outro não?

Exemplo: Um cônsul da França vem para o Brasil a serviço de seu país de origem e aqui se casa com uma brasileira e com ela tem um bebê (em território nacional). **O filho deles será, sem dúvida, BRASILEIRO NATO**. Afinal, em que pese o pai ser estrangeiro e estar no território nacional à serventia do Estado de sua proveniência, a mãe é nacional e **a excepcional não aplicação da regra territorial depende, de início, da circunstância de AMBOS OS PAIS serem estrangeiros**.

E se o casal de estrangeiros estiver no Brasil para trabalhar na iniciativa privada? Ou a serviço de outro país que não o seu de origem?

Ex.: um casal de italianos vier residir no Brasil a serviço de empresa privada italiana ou mesmo para servir o governo de outro país (por exemplo, aqui estão na defesa de interesses do governo da Dinamarca), o **filho deles, nascido em território nacional, será considerado BRASILEIRO NATO**. Isso porque ainda que os pais sejam estrangeiros, **não estão no Brasil servindo o país de origem**.

ATENÇÃO: Serão considerados nascidos no Brasil os nascidos em **navios de bandeira brasileira** **somente quando trafeguem por espaços neutros**, e **não onde quer que se encontrem**, pois se estiverem no espaço soberano de outro Estado, terão então a nacionalidade deste local.

Nas hipóteses subsequentes (alíneas "b" e "c", do art. 12, I), objetivando inibir as consequências nefastas de eventual conflito negativo de nacionalidade (a apatridia), adota-se o **critério sanguíneo**, em nítida **mitigação à exclusividade do critério territorial**.

1.2. Critério Jus sanguini

Primeiramente, lembre-se que o **critério do jus sanguini** estará **SEMPRE** associado a outro critério funcional. Vejamos cada uma das hipóteses.

I. Nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileiro, desde que qualquer destes esteja a serviço do Brasil – Art. 12, I, 'b'

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

Este caso é o da **criança nascida no estrangeiro, filha de pai e/ou mãe brasileiros**, sendo que qualquer deles (ou ambos, evidentemente) está **no exterior a serviço da República Federativa do Brasil**. Repare que nesta hipótese **não foi empregado o critério territorial** (a criança nasceu no estrangeiro), mas **sim o sanguíneo** (ela é filha de nacionais), **associado ao critério funcional** (um dos pais brasileiros, ou ambos, está no exterior servindo a República Federativa do Brasil).

Atenção! A aquisição da nacionalidade, nessa hipótese, **independe de formalidades**.

Obs.:

- este dispositivo é a **exata contraposição da regra anteriormente estudada** (constante do art. 12, I, "a"). Do mesmo modo que nosso ordenamento **não reconhece como brasileira nata a criança nascida em território nacional quando ambos os pais são estrangeiros e ao menos um deles está a serviço de seu país de origem, ela vai reconhecer a nacionalidade brasileira originária de filhos de pais brasileiros que estejam a serviço da República Federativa Brasileira no exterior;**
- a aplicação da regra aqui estudada **só exige que UM DOS PAIS seja nacional e que ele esteja a serviço da República Federativa do Brasil**; isso significa que um brasileiro a serviço do país no exterior pode se casar com uma estrangeira e com ela ter um filho, **e a este será reconhecida a nacionalidade brasileira nata**, sem a necessidade do cumprimento de nenhum outro requisito;

- **estar a serviço do país** significa desempenhar uma função ou prestar um serviço público de natureza diplomática, administrativa ou consular, a quaisquer dos órgãos da administração **centralizada** ou **descentralizada** (como as autarquias, as fundações e as empresas públicas e sociedades de economia mista) da União, dos Estados-membros, dos Municípios ou do Distrito Federal.

II. Nascidos no estrangeiro registrados em repartição brasileira competente ou que venham a residir no Brasil, optando pela nacionalidade brasileira, depois de atingida a maioridade (CRITÉRIO JUS SANGUINI + REGISTRO)

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

Nesta situação, apesar de nascer no estrangeiro, a criança é **filha de pai ou mãe (ou ambos) brasileiros**, e é **registrada em repartição brasileira competente**. Nesta situação temos **a não incidência do critério territorial** (já que a criança nasce no estrangeiro), **aplicação do *ius sanguinis* (pois ela é filha de pai e/ou mãe brasileiros) associado ao registro em repartição brasileira competente**

Brasileiro nato nascido no exterior = Critério jus sanguini + Registro em repartição brasileira competente

III. Nascidos no estrangeiro que venham a residir no Brasil e que optem pela nacionalidade brasileira, depois de atingida a maioridade (JUS SANGUINI + RESIDÊNCIA).

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

(...)

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

Nesta situação, a criança - que é filha de pai ou mãe (ou ambos brasileiros) - nasce no estrangeiro, mas depois vem a residir na República Federativa do Brasil e opta, após atingir a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

Vê-se que o **critério territorial não foi aplicado** (afinal o nascimento se deu no exterior) e **sim o sanguíneo** (pois a criança é filha de pai e/ou mãe brasileiros), associado ao CRITÉRIO RESIDENCIAL e a realização da opção confirmativa.

Ademais, vale destacar que nesta hipótese os pais não estavam no exterior a serviço da República Federativa do Brasil, tampouco registraram a criança em repartição brasileira competente.

Em suma, esta última hipótese de aquisição da nacionalidade depende da observância do seguinte caminho constitucional:

- i) **nascimento no exterior** - com a consequente inaplicabilidade do critério territorial;
- ii) **adoção do critério sanguíneo** - pois a criança é filha de pai e/ou mãe brasileiros;
- iii) **não incidência do critério funcional** - o pai brasileiro e/ou a mãe brasileira estão no exterior em nome de interesses pessoais, a serviço de empresa privada brasileira ou mesmo de Governo estrangeiro, mas não a serviço da República Federativa do Brasil;
- iv) **não feitura do registro em repartição brasileira competente;**
- v) **efetivação do critério residencial** - deve o indivíduo vir a residir em território nacional, a qualquer tempo (pode ser que o indivíduo venha aqui residir aos cinco meses de idade, com dez anos de idade ou, já um adulto, com trinta anos de idade; não existe qualquer limite cronológico para a observância deste requisito);
- vi) **realização da opção confirmativa** - esta, por ser **ato personalíssimo**, só pode ser feita após a maioridade e, segundo entendimento do STF, muito embora potestativa, **não é de forma livre: há de ser feita EM JUIZO, em processo de jurisdição voluntária, que tramita perante a Justiça Federal (are. 109, X, CF/88).**

- E se a criança vier ao Brasil com menos de 18 anos?

Como ele ainda não pode fazer a opção (que é personalíssima), tampouco seus pais podem supri-la, **será considerado brasileiro nato para todos os efeitos ATÉ OS DEZOITO ANOS**. No entanto, atingida a maioridade, enquanto não for efetivada a sua opção, a **condição de brasileiro nato ficará SUSPENSA (a opção passa a ser uma condição suspensiva da nacionalidade)**. Ao fazer a opção ele confirma a nacionalidade, já adquirida quando do cumprimento do critério residencial (a fixação da residência no país é o fator gerador da nacionalidade).

Assim, para o menor de idade que cumpre o requisito residencial é concedida uma **NACIONALIDADE PRIMÁRIA PROVISÓRIA**, que fica sob **CONDIÇÃO SUSPENSIVA** a partir da maioridade, quando a opção (dotada de efeitos retroativos, ex tunc, registre-se) já pode ser feita.

Exemplo: Helen, com 17 anos, nasceu na Gemênia e é filha de pais brasileiros, sendo que nenhum deles esteve na Gemênia a serviço da República Federativa do Brasil. Nesse caso, Helen poderá ser considerada brasileira nata, mas só poderá fazer essa opção após atingir a maioridade, e não com 17 anos.

O indivíduo que fizer pedido de opção da nacionalidade brasileira após a prática de um delito no exterior **não será extraditado!** Entretanto, o STF também admite **que o processo de extradição seja suspenso enquanto tramita o pedido de opção da nacionalidade brasileira**. Afinal, se o indivíduo for brasileiro nato (em razão da opção), ele não poderá ser extraditado.

Obs.: Gilmar Ferreira Mendes destaca que o texto constitucional não cuidou das questões atinentes à nacionalidade nos espaços hídricos, aéreos ou terrestres não submetidos à soberania de um Estado. Assim, adota-se a posição de Pontes de Miranda que considera brasileiros natos os nascidos a bordo de navios ou aeronave de bandeira brasileira quando estiverem em espaço neutro.

2. BRASILEIROS NATURALIZADOS

A **nacionalidade secundária** é aquela adquirida não pela ocorrência de um fato natural (nascimento), mas, normalmente, por um ato voluntário (naturalização).

A naturalização, enquanto único meio derivado de aquisição da nacionalidade, se divide em duas espécies: (1) a **naturalização tácita**, também denominada grande naturalização e (2) a **naturalização expressa**.

A CF NÃO PREVÊ A NATURALIZAÇÃO TÁCITA, como aconteceu com a Constituição de 1824 e 1891 (todos aqueles que estavam no território brasileiro e não optaram por manter a nacionalidade de origem foram automaticamente considerados brasileiros).

A **NATURALIZAÇÃO EXPRESSA**, por sua vez, coloca a aquisição da nacionalidade secundária na dependência de declaração volitiva do interessado. Pode se efetivar por duas vias, a **ORDINÁRIA** e a **EXTRAORDINÁRIA**.

A CF somente estabeleceu a naturalização EXPRESSA, que está prevista no art. 12, inciso II da Carta Magna. Vejamos:

Art. 12. São brasileiros

(...)

II - **naturalizados:**

a) os que, na forma da lei, **adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;**

b) os **estrangeiros de qualquer nacionalidade**, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

As modalidades de naturalização expressa – **ordinária** e **extraordinária** – estão previstas nas alíneas ‘a’ e ‘b’ do inciso II, art. 12 da CF.

2.1. Naturalização ordinária

2.1.3. Estrangeiros que cumprirem os requisitos previstos em Lei – Lei de Migração (L. 13.445/2017)

Está prevista no art. 12, II, "a", 1ª parte, CF/88: **poderão se naturalizar brasileiros os estrangeiros que cumprirem os requisitos previstos em lei.**

Art. 12. São brasileiros:

II - **naturalizados**:

a) os que, na forma da lei, **adquiram a nacionalidade brasileira**, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

- “Na forma da lei”: reportava-se ao Estatuto do Estrangeiro. Hoje, **aplica-se a Lei de Migração (veja as novidades abaixo).**

Será concedida a naturalização ordinária àquele que preencher as **seguintes condições**:

- I. ter **capacidade civil**, segundo a lei brasileira;
- II. ter **residência em território nacional**, pelo prazo mínimo de **4 ANOS**;
- III. **comunicar-se em língua portuguesa**, consideradas as condições do naturalizando; e
- IV. **não possuir condenação penal ou estiver reabilitado**, nos termos da lei.

A concessão da naturalização ordinária depende do preenchimento de uma série requisitos, que em comparação com as disposições do Estatuto do Estrangeiro, sofreram certo abrandamento:

Exceção:

O prazo mínimo de residência de 4 anos **poderá ser reduzido para 1 ano**, caso o naturalizando:

- I. tiver **filho brasileiro**;
- II. tiver **cônjuge ou companheiro brasileiro** e não estiver dele separado legalmente ou de fato no momento de concessão da naturalização;
- III. tiver **prestado ou puder prestar serviço relevante ao Brasil**; ou
- IV. tiver **destacada capacidade profissional, científica ou artística** que recomende a redução.

#DEOLHONASNOVIDADES:

Lei de Migração e as previsões de nacionalidade

A Lei 13.445/2017 previu quatro espécies de naturalização

I - ordinária;

II - extraordinária;

III - especial; ou

IV - provisória.

1) Naturalização ORDINÁRIA

Será concedida a naturalização ordinária àquele que preencher as seguintes condições:

I - ter capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II - ter residência em território nacional, pelo prazo mínimo de 4 anos;

III - comunicar-se em língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando; e

IV - não possuir condenação penal ou estiver reabilitado, nos termos da lei.

2) Naturalização EXTRAORDINÁRIA

A naturalização extraordinária será concedida a pessoa de qualquer nacionalidade fixada no Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeira a nacionalidade brasileira.

3) Naturalização ESPECIAL

A naturalização especial poderá ser concedida ao estrangeiro que se encontre em uma das seguintes situações:

I - seja **cônjuge ou companheiro**, há mais de 5 anos, de integrante do Serviço Exterior Brasileiro em atividade ou de pessoa a serviço do Estado brasileiro no exterior; ou

II - seja ou tenha sido **empregado em missão diplomática ou em repartição consular do Brasil por mais de 10 anos ininterruptos**.

Requisitos para a concessão da naturalização especial:

I - ter capacidade civil, segundo a lei brasileira;

II - comunicar-se em língua portuguesa, consideradas as condições do naturalizando; e

III - não possuir condenação penal ou estiver reabilitado, nos termos da lei.

4) Naturalização PROVISÓRIA

A naturalização provisória poderá ser concedida ao **migrante criança ou adolescente** que tenha fixado residência em território nacional antes de completar 10 anos de idade e deverá ser requerida por intermédio de seu representante legal. **Essa naturalização será convertida em definitiva se o naturalizando expressamente assim o requerer no prazo de 2 anos após atingir a maioridade.**

2.1.4. Estrangeiros originários de países de língua Portuguesa

Art. 12. São brasileiros:

II - **naturalizados**:

a) os que, na forma da lei, **adquiram a nacionalidade brasileira**, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral

Poderão se naturalizar brasileiros os indivíduos originários de países de língua portuguesa- não somente os portugueses, mas **qualquer pessoa advinda de país que fale a língua portuguesa**, como, por exemplo, Angola, Goa, Gamão, Moçambique, Timor Leste, dentre outros - desde que **possuidor de capacidade civil**, preencha as exigências dispostas no texto constitucional, a saber, **residência ininterrupta por um ano** e **idoneidade moral**

Observações:

- Mesmo que satisfeitos todos os requisitos listados na Constituição e na lei, **não se pode falar em direito público subjetivo à obtenção da naturalização ordinária**. A **concessão de nacionalidade é ato de soberania estatal** do Presidente da República, que pode, discricionariamente, negar-se a concedê-la;

- A naturalização é **faculdade exclusiva do poder executivo** e far-se-á mediante **portaria do ministro da justiça**, com **efeitos retroativos à data do requerimento**. (STF, Inf. 689).
- A **portaria de naturalização do Ministro da Justiça** gerará a emissão, pelo Ministério da Justiça, de **certificado de naturalização**, o qual será **solenemente entregue pelo juiz federal** da cidade onde tenha domicílio o interessado. **A naturalização só gera efeitos com a entrega solene.**

#ATENÇÃO: No interregno entre a publicação da portaria de naturalização no Diário Oficial e a entrega solene do certificado pelo juiz federal ao naturalizando, não estará este investido na condição de brasileiro naturalizado, sujeitando-se, portanto, ao processo extradicional, de acordo com sua nacionalidade originária. **O status de brasileiro naturalizado, para fins de extradição, só passa a ser considerado após a entrega solene ao naturalizado, pela Justiça Federal, do certificado de naturalização. Contudo, a extradição fica impedida nos casos de naturalização extraordinária (os efeitos retroagem à data da solicitação).**

- Havendo várias varas, **será competente para a entrega do certificado o juiz da 1ª Vara**. Não havendo nenhum juiz federal, o certificado será entregue pelo **juiz da comarca e, na sua falta, pelo da comarca mais próxima**.
- No ato de entrega do decreto de naturalização, o **ESTRANGEIRO CASADO** poderá, mediante expressa anuência de seu cônjuge, **requerer ao juiz que se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens**, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro, nos termos da LINDB.
- A naturalização ficará **sem efeito se o certificado não for solicitado pelo naturalizando no prazo de 12 meses contados da data de publicação do ato**, **salvo** motivo de **força maior**, devidamente comprovado.
- O dirigente do órgão competente do Ministério da Justiça poderá determinar, se necessário, outras diligências. Em qualquer caso, o processo deverá ser submetido, com parecer, ao Ministro da Justiça.
- A **formulação de pedido de naturalização impede a deportação do estrangeiro com visto de permanência vencido** quando o exame do pedido de obtenção da nacionalidade secundária brasileira estiver atrasado.

- O estrangeiro admitido no Brasil durante os primeiros **5 anos** de sua vida e estabelecido definitivamente no território nacional poderá requerer ao Ministro da Justiça enquanto menor, por intermédio de seu representante legal, a emissão de **certificado provisório de naturalização** (naturalização provisória), que valerá como prova de nacionalidade brasileira até 2 anos após atingida a maioridade, prazo para a opção confirmativa perante o Ministro da Justiça.
- **Após a naturalização, qualquer mudança de nome ou do prenome será excepcional e motivada,** mediante autorização do Ministro da Justiça.
- A naturalização ¹**não importa aquisição da nacionalidade brasileira pelo cônjuge e filhos do naturalizado,** ²**nem autoriza que estes entrem ou permaneçam no Brasil** sem que satisfaçam às exigências da Lei de Migração.
- Ademais, a **naturalização não extingue a responsabilidade civil ou penal** a que **o naturalizado estava anteriormente sujeito em qualquer outro Estado.**

2.2. Naturalização Extraordinária

Prevista no art. 12, II, "b", CF/88, a **NATURALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA** só será obtida pelo indivíduo que, capacitado civilmente, observar as seguintes condições:

- residência ininterrupta no território nacional por mais de quinze anos;**
- ausência de condenação penal e**
- apresentação de requerimento de naturalização**

Os requisitos para a naturalização extraordinária não sofreram alterações com a Lei de Migração, e nem poderiam, tendo em vista que decorrem de mandamento constitucional, conforme o art. 12, inciso II, b, da CF/88.

Art. 12. São brasileiros:

II - **naturalizados:**

(...)

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

Sobre a **RESIDÊNCIA ININTERRUPTA** na República Federativa do Brasil vale dizer que ela **não se abala por meras ausências temporárias** - decorrentes, por exemplo, de viagens de férias no exterior ou compromissos laborais fora do

país. Conforme preceitua o STF, a **residência ininterrupta não pode ser confundida com a PERMANÊNCIA ININTERRUPTA.**

Vale lembrar a doutrina majoritária entende que a concessão da naturalização extraordinária **é ato vinculado**. Nesse mesmo sentido, **o STF entende que quando a CF diz “desde que requeiram”, significa que se a pessoa cumprir os 2 requisitos, basta requerer para ter o direito**. Deste modo, pode-se dizer que **existe DIREITO PÚBLICO SUBJETIVO à naturalização extraordinária**.

Assim, se o indivíduo reside no país ininterruptamente por mais de quinze anos, não tem nenhuma condenação penal e requer a naturalização, esta lhe será concedida - não há discricionariedade para o Presidente da República, que não poderá recusar o pleito.

Observações:

- **Tradução ou adaptação do nome:** No curso do processo de naturalização, o naturalizando poderá requerer a tradução ou a adaptação de seu nome à língua portuguesa. Será mantido cadastro com o nome traduzido ou adaptado associado ao nome anterior.
- **Alistamento como eleitor:** No prazo de até 1 ano após a concessão da naturalização, deverá o naturalizado comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento.
- **Efeitos da naturalização:** A naturalização produz efeitos após a publicação no Diário Oficial do ato de naturalização.
- **Perda da nacionalidade:** O naturalizado perderá a nacionalidade em razão de condenação transitada em julgado por atividade nociva ao interesse nacional, nos termos do inciso I do § 4º do art. 12 da Constituição Federal. O risco de geração de situação de apatridia será levado em consideração antes da efetivação da perda da nacionalidade.
- **Reaquisição da nacionalidade:** O brasileiro que, em razão do previsto no inciso II do § 4º do art. 12 da Constituição Federal, houver perdido a nacionalidade, uma vez cessada a causa, poderá readquiri-la ou ter o ato que declarou a perda revogado, na forma definida pelo órgão competente do Poder Executivo.